

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 117.617 - RS (2019/0266525-2)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**RECORRENTE : RHUAN FONSECA**  
**RECORRENTE : LUCAS GABRIEL SUELO**  
**RECORRENTE : LUIS ADRIANO RAVADELLI**  
**ADVOGADOS : DIOGO JARDEL BOFF - RS075765**  
**PEDRO FRANCISCO FERNANDES POMNITZ - RS095700**  
**ALEX CALDAS DE SOUZA - RS0105877**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por RHUAN FONSECA e OUTROS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, assim ementado (fl. 517):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO. NULIDADE DAS INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS. DESCABIDO O PEDIDO ATRAVÉS DESTA VIA ESTREITA. Em análise do mérito da presente ação constitucional, adianto, que a irresignação defensiva não deve ser conhecida, uma vez que no tocante às alegações relativas às interceptações telefônicas, entendo inviável sua análise através da via estreita do habeas corpus, tratando-se de matéria que enseja uma análise aprofundada dos pedidos e possível dilação probatória, procedimento incompatível com o writ. Importa referir, ainda, que em consulta ao site do TJRS, verifiquei a existência de apelação nº 70081253379, pendente de julgamento por esta Relatora, momento em que ocorrerá a adequada análise da pretensão defensiva. ORDEM NÃO CONHECIDA.

Consta dos autos que o paciente Luiz Adriano Ravadelli foi condenado pela prática dos delitos previstos nos artigos 33, *caput*, e 35, *caput*, da Lei nº 11.343/06, à pena de 11 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial fechado; Lucas Gabriel Suelo, pela prática dos delitos previstos nos artigos 33, *caput*, e 35, *caput*, da Lei nº 11.343/06, à pena de 8 anos e 2 meses de reclusão, em regime inicial fechado e Rhuan Fonseca, pela prática dos delitos previstos nos artigos 33, *caput*, e §4º e 35, *caput*, da Lei nº 11.343/06, à pena de 6 anos e 4 meses de reclusão, em regime semiaberto. Contra esta sentença foi interposta apelação, a qual encontra-se pendente de julgamento.

A defesa impetrou *habeas corpus*, que foi denegado pelo Tribunal local.

Daí o presente recurso, em que os recorrentes sustentam, em síntese, constrangimento ilegal na valoração das interceptações telefônicas conduzidas no bojo da ação penal, que foram autorizadas sem fundamentação concreta e

# Superior Tribunal de Justiça

idônea, sendo, portanto, ilícitas.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja reconhecida a ilegalidade das interceptações telefônicas.

Sem pedido liminar.

As informações foram prestadas.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do recurso.

É o relatório.

DECIDO.

Alegam os recorrentes constrangimento ilegal na valoração das interceptações telefônicas conduzidas no bojo da ação penal, que foram autorizadas sem fundamentação concreta e idônea, sendo, portanto, ilícitas.

O Tribunal de origem, ao julgar o *habeas corpus* anterior, não conheceu da pretensão defensiva, sob os seguintes fundamentos (fls. 518-519):

Em análise do mérito da presente ação constitucional, adianto, que a irresignação defensiva não deve ser conhecida, uma vez que no tocante às alegações relativas às interceptações telefônicas, entendo inviável sua análise através da via estreita do *habeas corpus*, tratando-se de matéria que enseja uma análise aprofundada dos pedidos e possível dilação probatória, procedimento incompatível com o *writ*.

**Importa referir, ainda, que em consulta ao site do TJRS, verifiquei a existência de apelação nº 70081253379, pendente de julgamento por esta Relatora, momento em que ocorrerá a adequada análise da pretensão defensiva.**

Da leitura do trecho em epígrafe, verifica-se que a matéria referente à legalidade das interceptações telefônicas não foi apreciada pela Corte Estadual, por ocasião do julgamento do *writ* antecedente, sob o argumento de que o remédio processual em tela não pode ser utilizado como sucedâneo do recurso cabível, a apelação, já interposta.

Com efeito, não há falar em constrangimento ilegal, na hipótese, devido ao não conhecimento da impetração originária, porquanto o acórdão impugnado está em sintonia com a jurisprudência do STJ, segundo a qual se mostra prematuro o exame da legalidade das interceptações telefônicas, na via do *habeas corpus*, **quando interposta apelação na origem** (consoante informações disponibilizadas na página eletrônica do Tribunal de Justiça, os autos da apelação n. 70081253379 encontram-se conclusos ao Relator, para julgamento, desde 19/8/2019), recurso próprio à análise das aludidas alegações. Nesse sentido:

**HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. RESPEITO AO**

# Superior Tribunal de Justiça

SISTEMA RECURSAL PREVISTO NA CARTA MAGNA. NÃO CONHECIMENTO.

1. A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, buscando dar efetividade às normas previstas na Constituição Federal e na Lei 8.038/90, passou a não mais admitir o manejo do habeas corpus originário em substituição ao recurso ordinário cabível, entendimento que passou a ser adotado por este Superior Tribunal de Justiça.

2. Tratando-se de writ impetrado antes da alteração do entendimento jurisprudencial, o alegado constrangimento ilegal será enfrentado para que se analise a possibilidade de eventual concessão de habeas corpus de ofício.

**POSSE ILEGAL DE ARTEFATOS EXPLOSIVOS E CORRUPÇÃO DE MENORES. DOSIMETRIA. PENA-BASE. PRETENDIDA REDUÇÃO. MATÉRIA NÃO APRECIADA PELA CORTE DE ORIGEM NO ACÓRDÃO COMBATIDO. APELAÇÃO CRIMINAL PENDENTE DE JULGAMENTO. INCOMPETÊNCIA DESTE STJ E SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NÃO CONHECIMENTO.**

1. Inviável a apreciação, diretamente por esta Corte Superior de Justiça, dada sua incompetência para tanto e sob pena de incidir-se em indevida supressão de instância, da pretendida redução da pena ao mínimo legal, tendo em vista que tal questão não foi analisada pelo Tribunal impetrado no aresto combatido, em razão da pendência de apelação criminal lá aforada em favor do condenado.

[...]

4. *Habeas corpus não conhecido* (HC 269186/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 06/02/2014, DJe 17/02/2014).

**HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. NEGADO O DIREITO A RECORRER EM LIBERDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. QUANTIDADE E NATUREZA DELETÉRIA DAS DROGAS APREENHIDAS. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. RÉU QUE PERMANECEU PRESO DURANTE A INSTRUÇÃO DO PROCESSO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. NEGATIVA DE AUTORIA. DOSIMETRIA DA PENA. REGIME INICIAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.**

(...)

7. As alegações referentes à negativa de autoria, à reforma da reprimenda e à fixação de regime inicial mais brando, não foram analisadas pelo Tribunal a quo, diante da existência de recurso de apelação criminal pendente de julgamento. Assim, fica inviabilizada a análise direta da irresignação por esta Corte Superior, sob pena de se incidir em indevida supressão de instância.

*Habeas corpus não conhecido.*

(HC 444.443/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA

# Superior Tribunal de Justiça

TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 31/08/2018)

**PENAL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRADO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. REGIME INICIAL. DETRAÇÃO PENAL. MATÉRIAS NÃO ANALISADAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. APELAÇÃO PENDENTE DE JULGAMENTO. AGRADO IMPROVIDO.**

1. Não se conhece de matéria que não foi apreciada na origem, sob pena de supressão de instância. Ademais, mostra-se prematura a análise dos temas na via do habeas corpus, quando pendente de julgamento a apelação, recurso próprio à análise das aludidas alegações.

2. Reconsideração recebida como agravo regimental, a qual se nega provimento.

(RCD no HC 435.508/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 14/03/2018)

Ante o exposto, não conheço do recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator